

## A PÓS-GRADUAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RECONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

ANA WALESKA P. C. MENDONÇA - PUC-RIO

### 1. Anísio Teixeira e a Pós-Graduação no Brasil

Este texto se remete à pesquisa *A Formação dos Mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil*<sup>1</sup>, recentemente concluída, que teve como objetivo geral estudar a contribuição do educador brasileiro no referido processo, ao longo dos anos 1950/1960. Foi ao longo desses anos (especificamente, de 1951 a 1964) que Anísio Teixeira, como Secretário Geral da CAPES, atual Fundação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, criada inicialmente sob a forma de Campanha<sup>2</sup>, organizou a entidade, estabelecendo as bases para a surpreendente expansão que o ensino de pós-graduação viria a ter entre nós, particularmente após os anos 1970.

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior foi, de início, idealizada por Romulo de Almeida, economista baiano, com o objetivo de formar os quadros necessários ao programa de desenvolvimento econômico pensado pela equipe que cercava o então presidente Getúlio Vargas. Em 1951, Anísio Teixeira foi chamado por Ernesto Simões Filho, à época Ministro da Educação e Saúde, para assumir o cargo de Secretário Geral da Comissão que teria como objetivo promover a referida Campanha. Embora prevista, inicialmente, para ser instalada em seis meses, apenas dez anos depois a Campanha foi formalmente constituída, com algumas mudanças significativas nos seus objetivos, que a simples comparação entre os dois decretos: o Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, que institui a Comissão, e o Decreto nº 50.737, de 7 de junho de 1961, que organiza a Campanha, claramente evidencia. Enquanto no primeiro decreto a ênfase recaía sobre a formação de pessoal especializado para atender às necessidades dos *empreendimentos públicos e privados* que visam o desenvolvimento do país, promovendo, entre outras coisas, a *instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados*, no segundo decreto aparece como o primeiro propósito da Campanha, para a consecução dos seus objetivos, a *melhoria das condições de ensino e pesquisa dos centros universitários*, como estratégia prioritária para a formação dos quadros profissionais de nível superior do país.

A CAPES, aliás, teve um encaminhamento institucional bastante peculiar. Nasce através de uma Comissão, sob a presidência do Ministro de Educação e Saúde (MES) e com um Secretário Geral designado pelo Ministro, composta por representantes de diversas instituições públicas e privadas: além do MES, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Banco do Brasil, a Comissão Nacional de Assistência Técnica, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Importa assinalar que a composição heterogênea da Comissão é expressiva da diversidade dos interesses políticos e econômicos envolvidos no processo da sua criação. A análise dos documentos iniciais da CAPES evidencia claramente que o seu processo de institucionalização foi marcado por intensas discussões e por uma luta pela hegemonia que vão se refletir na organização e na prática da instituição. Em alguns trabalhos utilizados pela pesquisa (GUSSO, CÓRDOVA, e LUNA, 1985 e CÓRDOVA, 1998), faz-se referência a dois grupos antagônicos que disputavam a liderança do processo: o dos *pragmáticos*, que tinham a sua atenção voltada para a falta de pessoal técnico qualificado para atender ao plano de reequipamento nacional e propunham medidas de caráter mais imediatista orientadas para setores da economia considerados estratégicos, e os *políticos*, que enxergavam na CAPES o ponto de partida para uma reforma global da universidade, vizibilizando um avanço científico mais sólido, menos casuístico e mais autônomo do país. Anísio Teixeira exerceu um importante papel mediador entre os dois grupos, mas garantindo sem dúvida a hegemonia do segundo. Os dois grandes programas com os quais a CAPES se organiza desde o início são expressivos dessa tentativa de conciliação: o Programa de Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) e o Programa

Universitário (PgU)<sup>3</sup>. O primeiro, particularmente voltado para os campos da Engenharia, Química, Arquitetura, Economia, Administração, Agronomia e Veterinária, orientando o seu trabalho em uma tríplice direção: o levantamento das necessidades nacionais em termos de pessoal especializado de nível superior, o levantamento dos centros de preparação e aperfeiçoamento pós-graduado já existentes no país, com vistas à sua utilização mais ampla e racional, e a preparação e aperfeiçoamento, no Brasil e no exterior, de especialistas de cuja falta se ressentissem os quadros de pessoal do país. O segundo, tendo como objetivo principal estimular o desenvolvimento das universidades e institutos de ensino superior, e voltado particularmente para os campos das Ciências Biológicas, Medicina e afins, Ciências Sociais, Matemáticas e Humanidades. Propunha-se a desenvolver um plano de melhoria das condições de ensino e pesquisa dos Centros Universitários do país, utilizando-se, inclusive, do concurso de *missões* de professores estrangeiros, mas sempre com o objetivo de consolidação das instituições universitárias e grupos de pesquisa nacionais. Desta perspectiva, propunha-se particularmente ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos *centros brasileiros de treinamento pós-graduado* (e alimentando-se, deste ponto de vista, dos levantamentos realizados pelo PQTC) .

O longo tempo que medeia entre a criação da Comissão e a organização da Campanha é expressivo da intensidade desse debate. No entanto, desde 1952, a CAPES funciona de fato como Campanha (inclusive é essa denominação que aparece na própria publicação oficial do órgão, o *Boletim da CAPES*, que começa a ser editado regularmente a partir de dezembro de 1952), tendo o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) como seu órgão executivo. A esse respeito, é bom lembrar que Anísio Teixeira assume também, a partir deste ano, a direção desse órgão, acumulando-a com a Secretaria Geral da CAPES.

Na nossa perspectiva, o Decreto nº 50.737, de 7 de junho de 1961, que organiza a Campanha, consolida, em linhas gerais, uma situação já existente. É interessante, por exemplo, assinalar que, neste decreto, a Comissão da CAPES é extinta e seu lugar é ocupado por um Conselho Consultivo com uma composição semelhante, embora com algumas ausências/ alterações significativas: representantes do Ministério da Educação e Cultura<sup>4</sup>, Ministério do Trabalho, Ministério das Relações Exteriores, CNPq, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), CNI e CNC. Anísio Teixeira se torna o coordenador da Campanha e esta passa a vincular-se diretamente à Presidência da República.

De uma forma geral, a pesquisa confirmou nossa hipótese inicial de que a atuação de Anísio Teixeira à frente da CAPES foi fundamental para dar a esse órgão a configuração que acabou assumindo, tornando-o de fato um instrumento de promoção e expansão dos estudos pós-graduados no Brasil e garantindo, inclusive, que a pesquisa científica se desenvolvesse entre nós no âmbito da universidade.

A pesquisa documental junto ao Arquivo de Anísio Teixeira no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil), da FGV, levou-nos à localização de uma série de documentos pessoais do educador referentes aos passos iniciais da Campanha, ou mesmo anteriores ao momento em que este assumiu a CAPES, que nos permitiram atribuir a Anísio Teixeira um papel central na própria gênese dessa instituição. As entrevistas de alguns dos antigos colaboradores de Anísio Teixeira nessa empreitada, que também se constituíram em parte integrante do nosso corpus documental, reforçam esse ponto de vista.

Pode-se, portanto, afirmar que a CAPES dos anos 1950/1960 se configurou como um *projeto* institucional que tem a marca pessoal de Anísio Teixeira, tomando-se aqui o termo *projeto*<sup>5</sup> no sentido que lhe é atribuído por Corrêa (1987) e por Velho (1994). Desta perspectiva, a CAPES desenvolveu, ao longo desses anos, um conjunto de iniciativas e de políticas, que tinham como um de seus pressupostos básicos a idéia de que a pós-graduação se constituía na principal estratégia de *reconstrução*<sup>6</sup> da universidade brasileira, para adequá-la às necessidades do desenvolvimento nacional.

Numa dupla direção, a pós-graduação se configurava, para Anísio Teixeira, como instrumento de *reconstrução* da universidade brasileira.

Em primeiro lugar, constituindo-se no *locus*, por excelência, do desenvolvimento da pesquisa científica, no interior da universidade, a escola pós-graduada se impunha como requisito para transformar a universidade brasileira numa *universidade de ciência e de pesquisa*, que fosse não apenas transmissora de um conhecimento elaborado, mas criadora de um novo saber, de um novo conhecimento, que contribuísse para a construção de uma *cultura brasileira* e fizesse *marchar o conhecimento humano* (Teixeira, 1989).

Segundo Anísio Teixeira, o grande problema do ensino superior no Brasil, à época, era a inexistência de uma tradição universitária, no sentido de que, não só não tivemos entre nós a instituição universitária nos moldes em que ela existiu na Europa e, inclusive, na América Espanhola, durante o período colonial, mas não teríamos sequer experimentado a universidade moderna - expressão do renascimento dessa instituição na Europa do século XIX - que surge sob o signo da constituição dos Estados nacionais e da emergência do conhecimento científico (momento em que este se incorpora à universidade, já que nasce fora dos seus muros), cujo modelo mais acabado é a Universidade de Humboldt.

Remetendo-se à experiência das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, lembrava Anísio Teixeira que estas, na sua origem, tiveram o objetivo de aproximar a universidade brasileira do modelo humboldtiano de pesquisa e ensino aprofundado, mas que, na prática, acabaram por se constituir, apenas, na sua maioria, em *escolas normais de preparo do magistério secundário e, com poucas exceções, colégios de artes liberais* (Teixeira, opus cit, p. 108), configurando-se, desta perspectiva, em uma experiência fracassada.

Para Anísio Teixeira, o *atraso* brasileiro estaria articulado à nossa situação de dependência cultural e a inexistência de uma universidade voltada para a constituição de uma cultura nacional e orientada à solução dos problemas nacionais seria, sem dúvida, o principal fator que justificaria essa situação de dependência.

A este respeito, importa destacar que Anísio Teixeira expressava, à época, uma visão cumulativa das funções da universidade, no sentido de considerar que as novas funções que se foram atribuindo, historicamente, a essa instituição não eliminavam as anteriores porque não eram excludentes. Para ele, a universidade contemporânea deveria ser simultaneamente uma universidade *humanista*, como a universidade medieval, oferecendo, portanto, uma formação básica geral (embora de tipo radicalmente distinto da cultura medieval); uma universidade *moderna*, voltada para a pesquisa e a produção do conhecimento, como a universidade humboldtiana; uma universidade *de serviço*, como a universidade de Newman, devotada aos problemas práticos da sua sociedade e à educação; e, até, uma *multiversidade*, ligada à indústria e ao desenvolvimento nacional.

De um outro ponto de vista, também, a pós-graduação contribuiria nesse processo de renovação profunda da universidade brasileira. Para Anísio Teixeira, fazia-se necessário, para atender às *novas exigências do desenvolvimento nacional*, uma *mudança de qualidade* no ensino superior brasileiro, que implicava numa transformação radical das práticas efetivamente desenvolvidas no seu interior, supondo mudanças substantivas não só nas estruturas universitárias, mas na própria mentalidade dos professores universitários.

Para ele, estava chegando o momento de se ter a escola pós-graduada, como centro e cúpula da nova universidade, formulando e reformulando o saber que seria ensinado na própria universidade, formando os quadros superiores de cientistas nos vários campos do saber humano e constituindo-se no espaço por excelência de formação do professor universitário. Dessa escola partiria, para ele, a verdadeira reforma universitária que se fazia necessária, uma reforma *a partir de dentro* da universidade, nas suas próprias palavras .

Foi essa a orientação básica que direcionou a atuação de Anísio Teixeira à frente da CAPES.

## 2. Um Balanço Geral

A idéia que pretendemos desenvolver aqui é de que a CAPES, nos seus anos iniciais, e, através dela Anísio Teixeira, tiveram um papel fundamental no processo de institucionalização da pós-graduação na universidade brasileira. Quando se regulamentaram os cursos de pós-graduação no Brasil, em 1965, já em pleno governo militar, esta já tinha existência de fato, entre nós. A esse respeito, é significativa a observação de Almir de Castro, Diretor de Programas da CAPES de 1954 a 1964 (Castro, s/d), de que, *sem nenhum plano mirífico, quinquenal, quadrienal*, o programa imediato da CAPES visava, sem dúvida, à promoção de cursos pós-graduados no país, *de todo tipo, sem cogitação imediata de sua ordenação e regulamentação*. Nas suas palavras, essa ordenação viria depois, com a participação decisiva, inclusive, de professores direta ou indiretamente vinculados à CAPES, enquanto membros do Conselho Federal de Educação (CFE).

Para isso, certamente colaboraram as políticas desenvolvidas pela CAPES de 1951 a 1964. Tais políticas nos permitem ir muito além da caracterização da CAPES como um órgão meramente dedicado à concessão de bolsas de pós-graduação no exterior para estudantes brasileiros. Pelo contrário, desde o início, constata-se a centralidade que assumia dentre as atribuições da CAPES a de *promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados* no país (Decreto nº 29741, art. 3º, letra f). A preocupação com o cuidadoso levantamento dos centros já existentes, a proposta de criação dos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-Graduado, previstos igualmente no Decreto nº 29.741, para os quais se canalizariam os recursos técnicos e financeiros e que teriam um efeito multiplicador no interior de uma rede que se propunha construir, o caráter dos projetos previstos pelo PgU, que expressavam sempre a preocupação com a consolidação de centros nacionais de excelência, são particularmente expressivos da política que se procurava implementar. A esse respeito, foi significativo constatar a priorização, nos projetos de qualificação do pessoal destinado à carreira universitária, das universidades de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, não por acaso as universidades públicas de alguma forma articuladas com os Centros Regionais de Pesquisa do CBPE. A análise de uma das nossas fontes documentais mais significativas, o *Boletim Informativo CAPES*<sup>7</sup>, apontou-nos uma série de estratégias desenvolvidas pela CAPES, de *irradiação, articulação e mobilização* que iam na direção da constituição de um sistema nacional de formação de quadros superiores no país, articulado entre si e com os principais centros universitários e de pesquisa do exterior, e cuja centralidade aparece claramente destacada nos depoimentos de antigos colaboradores de Anísio Teixeira na CAPES<sup>8</sup>.

Na nossa perspectiva, a institucionalização da pós-graduação operou uma mudança profunda na universidade brasileira, tendo sobre ela um impacto mais efetivo do que a própria reforma proposta pelo governo militar. Do nosso ponto de vista, aliás, quando este governo se instala, o processo de modernização da universidade brasileira já se havia instaurado e se tornara, em parte, irreversível, apesar do impacto extremamente negativo que vão ter sobre ela as medidas repressivas tomadas pelo governo militar. Essa é, também, a posição defendida por Cunha (1983) e por Gusso, Córdova e Luna (opus cit.).

Para Cunha, é preciso desmitificar a idéia de que o processo de modernização da universidade brasileira teria se iniciado apenas após 1964, sob a influência direta dos acordos MEC-USAID. Afirmo ele:

Na verdade, quando esses convênios foram integrados, no âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita. Assim, quando os assessores norte-americanos vieram, em 1967, para compor a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, não precisaram de muitos esforços para despertar o consenso que tinha sido produzido entre os universitários, pelos porta-vozes do desenvolvimentismo (Cunha, opus cit., p. 204/205).

De um outro ponto de vista, Gusso, Córdova e Luna (opus cit.) também afirmam que, *não obstante o estiolamento das mobilizações e projetos* desenvolvidos ao longo dos anos 1950/1960, o processo de mudança da universidade brasileira estava desencadeado e se tornaria *irreversível em seus eixos fundamentais de desenvolvimento*. Por essa razão, para os autores, o novo regime implantado em 1964, após uma primeira fase repressiva e obscurantista, se veria *compelido a retomar o dinamismo das políticas de desenvolvimento científico-tecnológico, ainda que sob limitações políticas evidentes* (p. 143).

Essas limitações, do nosso ponto de vista, vão, entre outras coisas, condicionar uma reorientação dos investimentos, com uma forte priorização das áreas técnico-científicas. Dessa perspectiva, cumpre destacar, de maneira a fazer um contraponto, a preocupação da CAPES, nos seus anos iniciais, com um desenvolvimento equilibrado das diferentes áreas do conhecimento que se expressava nos projetos desenvolvidos. Castro (1977), em seu depoimento ao CPDOC, destaca a ênfase atribuída pela CAPES às Ciências Sociais, afirmando:

(...) nós (da CAPES) não achávamos que o desenvolvimento era uma coisa estanque, que se atendia apenas com tecnologia, com ciências básicas, etc. Sabíamos que há um contexto de implicação e interação de todas as coisas e por isso mesmo, atendíamos também áreas como Ciências Sociais, que era uma área abandonada. A CAPES foi a primeira agência do governo a se preocupar com Ciências Sociais (...) (p.6)

A esse respeito, é também significativa a observação de Córdova (1998), quando, referindo-se ao perfil da CAPES nos anos em estudo, assevera que este: *iniciado com “quadros técnicos e científicos”, foi incorporando, no discurso do Secretário Geral e na prática de operação do órgão, a dimensão das Artes, configurando-se, de fato, como “quadros técnicos, científicos e artísticos”* (p.45).

Esta posição é, sem dúvida, coerente com a visão que Anísio Teixeira tinha, à época, do processo de desenvolvimento nacional, que de forma alguma se reduzia a uma dimensão meramente econômica, implicando mudanças de ordem social e, mesmo, cultural na sociedade brasileira.

Do nosso ponto de vista, após 1964, não era mais possível ao governo federal refrear o processo de transformação da universidade, seja pela pressão exercida pelas classes médias no sentido da ampliação da oferta, que se traduzia na complicada questão dos *excedentes*, seja pelas próprias necessidades do projeto de desenvolvimento econômico que se pretendia implementar no país. Não é, portanto, de forma alguma gratuito o fato de que o governo militar tenha começado a reorganização do sistema educacional pelo ensino superior, assumindo a liderança do seu processo de modernização. Já em 1966 seriam emitidos os dois decretos-lei que encaminhavam a reestruturação das universidades federais, incorporando várias das medidas ensaiadas nas experiências universitárias desenvolvidas nos anos 1950/1960 e renunciando a reforma global do sistema.

O que se pretende ressaltar aqui é que, nesse processo de modernização da universidade brasileira que se inicia nos anos 1950/1960, a institucionalização da pós-graduação teve um papel absolutamente central, ainda pouco trabalhado nos estudos que se debruçam sobre a problemática universitária, no período em estudo. E, dessa perspectiva, a estratégia pensada por Anísio Teixeira de *reconstruir a universidade brasileira pela pós-graduação*, mesmo que contraditoriamente, foi relativamente bem sucedida, particularmente no que se refere à universidade pública. Especialmente nas universidades públicas, a pós-graduação disseminou-se, ao longo dos anos 1970/1980, de forma até

surpreendente, garantindo que a pesquisa científica se desenvolvesse no âmbito dessa instituição e configurando-se progressivamente como o espaço de formação do professor universitário (até pelas próprias exigências formais que começaram a ser impostas pela carreira docente universitária).

### Referências Bibliográficas

- CASTRO, Almir de. *Um Sopro das Brisas dos Cincoenta( A CAPES de Anísio Teixeira)*. [ S. l.: s. n., 19--].  
\_\_\_\_\_ (1977). Acervo de Depoimentos sobre a História da Ciência no Brasil. Rio de Janeiro: FINEP/CPDOC/FGV.
- CÓRDOVA, Rogério de A., (1998). *CAPES: origem, realizações, significações*. Brasília: CAPES, v.I.
- CORRÊA, Mariza, (1987). *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: UNICAMP.
- CUNHA, Luiz Antonio, (1983). *A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A.
- GOUVÊA, Fernando César F., (2001). *Um percurso com os boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação da PUC-Rio.
- GUSSO, Divonzir A., CORDOVA, Rogério de A., LUNA, Sérgio V. de, (1985). *A Pós-Graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: UNESCO/CRESALC, MEC/SESU/CAPES.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. (org.), (2002). *A Formação dos Mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil (Relatório Final da Pesquisa)*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC-Rio.
- TEIXEIRA, Anísio S., (1989). *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: FGV.
- 

### NOTAS

<sup>1</sup> Integraram a equipe da pesquisa, em diferentes momentos da sua realização, Ana Lúcia da Cunha Fernandes, Carlos Otávio Fiúza Monteiro, Maria Celi Chaves Vasconcelos, Miriam Waidenfeld Chaves (doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio), Fernando César Ferreira Gouvêa, Jussara Santos Pimenta (Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio), Alessandra Stachuck Mello, Carolina Moreira Kimus, Flávia Santos de Oliveira, Lenilce Flor Duarte, Luciana de Paiva Ferreira de Almeida (bolsistas de Iniciação Científica do CNPq), Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira (bolsista de Apoio Técnico da FAPERJ), Paulo Teixeira Drumond (consultor técnico). Na elaboração do relatório final da pesquisa, sobre o qual se apoia mais diretamente este texto, foi particularmente preciosa a colaboração de Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira, Fernando César Ferreira Gouvêa e Alessandra Stachuck de Mello.

<sup>2</sup> As *campanhas extraordinárias* se constituíram em uma estratégia bastante utilizada pelo Ministério da Educação, durante os anos em estudo, para agilizar o atendimento de determinadas metas consideradas prioritárias, contornando por um lado a inércia da burocracia estatal e garantindo, por outro, uma maior autonomia para a realização de acordos, contratos e convênios com organizações técnicas e de ensino e com especialistas externos aos quadros da burocracia ministerial.

<sup>3</sup> Além desses dois Programas, a CAPES possuía dois Serviços: o de Bolsas de Estudo (SBE) e o de Estatística e Documentação (SED), além da Seção de Administração. Era uma estrutura bastante enxuta e que tinha, no desenvolvimento de projetos a base de organização do seu trabalho.

<sup>4</sup> A partir de 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado em dois: Educação e Cultura e Saúde.

<sup>5</sup> Corrêa (1987) afirma que é a noção de *projeto*, mais do que as noções de instituição, corrente ou escola, que melhor consegue dar conta dos motivos que agruparam cientistas sociais em esforços coletivos de pesquisa, ao longo dos anos 40 e 50 do século passado. A noção de *projeto*, recorrente nos depoimentos destes cientistas, acaba por se constituir em sinônimo de grupo de referência, tornando-se o elo que articulava um determinado grupo de intelectuais em torno a uma problemática comum e expressando, sem dúvida, inclusive para eles mesmos, uma forma específica de atuação política. Esta perspectiva, ao nosso ver, pode se aplicar, igualmente, a alguns projetos institucionais, que se configuraram como espaços de intervenção política de alguns desses intelectuais, no interior do aparelho de Estado, mas com uma surpreendente margem de autonomia, como é o caso da CAPES.

Por outro lado, parece-nos igualmente importante ressaltar, como afirma Velho (1994), que a noção de *projeto* está indissolúvelmente ligada à idéia de indivíduo-sujeito, mesmo em se tratando de um ator coletivo. Desta perspectiva, um projeto coletivo supõe sempre a imbricação de uma série de projetos individuais distintos e, algumas vezes conflitivos, e esse fato é condicionante, no caso de uma instituição como a CAPES, da sua própria trajetória.

<sup>6</sup> A respeito do termo *reconstrução*, cumpre destacar a preferência de Anísio por este termo, em contraposição ao termo *reforma*, num período – anos 1950-1970 - em que a sua utilização poderia até soar como um anacronismo. Ao nosso ver, essa não é uma escolha gratuita, mas é indicativa do caráter necessariamente processual (e não pontual, como o termo reforma denota) que Anísio Teixeira atribuía às mudanças que, a seu ver, se fazia necessário implantar na educação brasileira.

<sup>7</sup> Esta publicação constituiu-se no objeto da dissertação de Mestrado de um dos membros da equipe de pesquisa (Gouvêa, 2001).

<sup>8</sup> Foram particularmente importantes para nós o extenso depoimento de Almir de Castro, Diretor de Programas da CAPES de 1954 a 1964 e braço direito de Anísio Teixeira nessa empreitada, prestado em 1977, ao Programa de História Oral da Ciência do CPDOC, coordenado por Simon Schwartzman, e o depoimento de Celso Barroso Leite, também colaborador de Anísio Teixeira e posteriormente Diretor Executivo da CAPES, ao grupo da pesquisa no ano de 2000. Estes depoimentos nos permitiram, particularmente, uma aproximação à dinâmica interna de funcionamento da instituição à época.